

EDUCAÇÃO

V.8 • N.1 • Agosto/Setembro/Outubro - 2019

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2019v8n1p59-74



A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PERFIL E PAPEIS PROFISSIONAIS DE PEDAGOGOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SERGIPE

THE HISTORICAL CONSTRUCTION OF THE PROFESSION AND
PROFESSIONAL ROLES OF PEDAGOGUES IN PROFESSIONAL
EDUCATION IN SERGIPE

LA CONSTRUCCIÓN HISTÓRICA DEL PERFIL Y PAPELES
PROFESIONALES DE PEDAGOGOS EN LA EDUCACIÓN
PROFESIONAL DE SERGIPE

Claudia de Medeiros Lima¹
Ana Maria Freitas Teixeira²

RESUMO

Este artigo discute a trajetória de pedagogos que atuam na educação profissional de Sergipe. As discussões apresentadas baseiam-se em pesquisa realizada para dissertação de mestrado em Educação defendida na Universidade Federal de Sergipe e se propõe a analisar a influência das transformações administrativo-pedagógicas no perfil e papel profissional dos pedagogos não diretamente docentes em exercício na única instituição federal de educação profissional técnica e tecnológica do estado de Sergipe. A pesquisa histórica utilizou-se de levantamento documental e bibliográfico para obtenção e análise dos dados. Os resultados apontam para minimização dos papéis dos pedagogos e redução dos espaços profissionais da pedagogia.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogos; Educação Profissional. Pedagogia.

ABSTRACT

This article discusses the trajectory of pedagogues that work in the professional education of Sergipe. The present discussions are based on a research carried out for a master's thesis in Education defended at the Universidade Federal de Sergipe and aims to analyze the influence of administrative and pedagogical transformations on the profile and professional role of non-directly teaching teachers in the only federal institution of professional technical and technological education of the state of Sergipe. The historical research used a documentary and bibliographic survey to obtain and analyze the data. The results point to the minimization of the roles of pedagogues and reduction of the professional spaces of pedagogy.

KEYWORDS

Pedagogues. Professional Education. Pedagogy

RESUMEN

Este artículo discute la trayectoria de pedagogos que actúan en la educación profesional de Sergipe. Las discusiones presentadas se basan en una encuesta realizada para disertación de maestría en Educación defendida en la Universidad Federal de Sergipe y se propone analizar la influencia de las transformaciones administrativo-pedagógicas en el perfil y papel profesional de los pedagogos no directamente docentes en ejercicio en la única institución federal de educación profesional técnica y tecnológica del estado de Sergipe. La investigación histórica se utilizó de levantamiento documental y bibliográfico para obtención y análisis de los datos. Los resultados apuntan a minimizar los papeles de los pedagogos y reducir los espacios profesionales de la pedagogía.

PALABRAS CLAVE

Pedagogos; Educación profesional; pedagogía

1 INTRODUÇÃO

Inúmeras são as pesquisas que analisam o curso de pedagogia no Brasil, diversas também são as que discutem sobre a atuação dos pedagogos nas escolas, mas ainda são raros os trabalhos que se debruçam sobre a investigação dos pedagogos em exercício na educação profissional e que não atuam em sala de aula.

Define-se como objetivo central deste trabalho, considerando que há mais de uma década as diretrizes do curso de Pedagogia foram reformuladas, restringindo-o à docência, e em busca de complementar essa lacuna nas pesquisas sobre os profissionais em questão, a análise de como as transformações administrativo-pedagógicas influenciaram o perfil e o papel profissional dos pedagogos não diretamente docentes em exercício na única instituição federal de educação profissional técnica e tecnológica do estado de Sergipe.

A investigação se apoia em dois grandes pilares que sustentam o frágil papel dos profissionais em questão, a saber, os dilemas históricos advindos das incertezas na formação em pedagogia e os desafios impostos pelos vários processos de reestruturação aos quais foram submetidas as escolas federais de educação profissional, técnica e tecnológica.

Em seu levantamento sobre o curso de Pedagogia no Brasil, Silva (2006) destaca que a proposta inicial em 1939 visava formar bacharéis para compor os cargos técnicos da administração pública sem se ocupar em definir um perfil profissional para os pedagogos. Para a autora, isso contribuiu para a inconsistência da formação desde então. Contrapondo-se a este pensamento, Franco (2006) defende que, antes da criação do curso, já havia uma intencionalidade de formar profissionais para a docência e pesquisas em educação, a qual não vigorou com o período da ditadura Vargas.

Ocorre que não existe um consenso entre os próprios pesquisadores em educação sobre a natureza inicial do curso. Essa indefinição, todavia, acompanha a pedagogia até os dias atuais. Entre licenciatura e bacharelado, entre técnica e intelectualidade, a pedagogia parece não ter encontrado o seu caminho. É sobre esse solo vacilante que se estabelece a formação de pedagogos que atuarão em sala de aula ou fora dela, que construirão suas identidades profissionais sobre precariedades.

Não fosse suficiente a questão da formação inicial, os “pedagogos não diretamente docentes³” que trabalham na Rede Federal de Educação Profissional vivenciam outros dilemas históricos quanto a seus papéis e perfil profissional ante os distintos processos de reestruturação e (re)construção de identidade institucional.

No que tange a construção da atual Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPECT), é preciso lembrar que a educação profissional no país remonta ao período colonial com as corporações de ofícios, mas no estado de Sergipe, somente em 1834 é criado o primeiro Liceu, que teve o funcionamento suspenso no ano seguinte, segundo Thétis Nunes (1984, p. 51), “por não poder a província concorrer com as despesas do seu custeio e pelo diminuto número de alunos frequentes [...]”.

3 Termo atribuído pelo professor Libâneo (2010) quando se refere ao pedagogo *stricto sensu*.

A autora registra ainda outras tentativas inexitosas de implantar o ensino profissional no estado: em 1938 com o Colégio de Artes Mecânicas para o ensino de técnicas agrícolas; em 1847 com a criação dos cursos de Contabilidade e Escrituração Mercantil no Liceu de São Cristóvão, extinto em 1955 por não ter reconhecimento dos estudos; e em 1856 com a construção do prédio, onde se estabeleceria o Colégio dos Educandos para o ensino profissional na capital de Sergipe, que nunca entrou em funcionamento.

Somente em 1909, o presidente Nilo Peçanha sanciona o Decreto nº 7.556, criando 19 escolas de Aprendizes e Artífices em todo o país e configurando a primeira rede de educação profissional brasileira. Em Sergipe, contudo, a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe (EAA) foi inaugurada apenas no ano seguinte. (BRASIL, 2010)

A partir do Decreto 24.558 de 1934 ocorre uma expansão no ensino industrial e no ano de 1937, o Ministério da Educação e Saúde cria a Divisão do Ensino Industrial, transformando a EAA em Liceu Industrial de Aracaju, que a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), passa a se chamar Escola Industrial de Aracaju (EIA) (NUNES, 1984)

Essa breve digressão ilustra um pouco da realidade conturbada da educação profissional no Brasil, mais especificamente em Sergipe e marca o recorte deste artigo, que utiliza os períodos compreendidos entre os anos de 1962 e 2015. Elegeu-se a década de 1960 como ponto de partida porque foi a partir desse decênio que os documentos do arquivo da instituição foram catalogados.

Importa salientar, inclusive, que apesar dessa pesquisa abordar uma instituição centenária, poucos são os registros encontrados sobre a história local, predominando nos escritos, os aspectos nacionais da construção da rede federal. Dessa forma, chama-se atenção para a contribuição deste trabalho para a memória institucional da unidade de Sergipe.

2 MÉTODO

Este trabalho surgiu após pesquisa realizada para a obtenção do título de mestre na Universidade Federal de Sergipe. A opção pela pesquisa histórica utilizou-se de levantamento bibliográfico e documental para obtenção dos dados e discussões. Dessa forma, traçou-se um breve percurso dos profissionais de pedagogia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), campus Aracaju, utilizando-se de recorte entre os anos de 1962 e 2015, compreendido entre a Escola Industrial Federal e o atual IFS.

A escolha pela instituição deveu-se ao fato de ser a mais expressiva em educação técnica e tecnológica do estado, a única pertencente à Rede Federal. O *campus* da capital foi escolhido por ser o mais antigo e por agregar o maior número de pedagogos entre os *campi*.

A proposta compreendeu a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, construindo uma fundamentação teórica de acordo com as produções relevantes para a temática em questão. Já na pesquisa documental, analisaram-se as bases legais que marcaram a trajetória dos pedagogos na instituição, associadas à evolução da rede federal. Assim, foram consultadas todas as portarias da diretoria catalogadas desde 1962, entre outros documentos organizacionais e pedagógicos.

O desenvolvimento da pesquisa documental correspondeu à busca de elementos que permitiram analisar fontes primárias, a fim de esquadrihar informações que não tenham se revelado nos estudos bibliográficos realizados. Para Gil (1989, p. 73), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Já as autoras Ludke e André (2013) destacam que o modo de utilização da análise documental além de não ser aleatória, precisa coadunar com os objetivos propostos pela pesquisa e selecionar os tipos documentais a serem analisados, que podem ser: oficiais, técnicos ou pessoais, os quais Gil (1989), categoriza em documentos de primeira mão (oficiais e técnicos) e de segunda mão (pessoais). Nesse levantamento foram utilizados em sua maioria fontes primárias.

A importância da análise documental para a pesquisa qualitativa é resumida basicamente em duas situações na visão de Holsti (1969 apud LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 46), são elas: “quando existe algum tipo de limitação quanto ao acesso dos dados; quando se pretende validar ou ratificar informações obtidas em outras fontes de coleta.” Diante dessa consideração, vê-se a importância da análise documental para a fundamentação da pesquisa qualitativa, visto que são raros os documentos sobre a história da instituição e inexistentes os registros sobre a categoria investigada.

Buscou-se na coordenação pedagógica documentos técnicos ou mesmo pessoais que pudessem identificar registros de acompanhamentos realizados pelos pedagogos. Foi disponibilizada uma agenda pessoal que possuía alguns agendamentos esporádicos com alunos, avaliados sem relevância para a pesquisa. É importante lembrar, contudo, que esse tipo de registro não é obrigatório e que não existe nenhuma cobrança sistemática da instituição nesse sentido.

As fontes primárias encontradas na Coordenação pedagógica correspondeu a documentos institucionais referentes ao período de 2005 a 2015. Dentre os documentos encontrados estavam: memorandos, portarias, atas de reuniões pedagógicas e de conselho de classe. Verifica-se, inclusive, a inexistência de documentos oficiais que regulem e orientem a prática dos pedagogos na Instituição.

A outra etapa do levantamento de documentos foi realizada no arquivo institucional. Neste setor, a arquivista informou que muitos documentos já não existiam porque alguns setores antigos da escola os descartaram. Comunicou, também, que a escola apesar de ter mais de um século de existência só começou a organizar o arquivo no ano de 2011. Isso significa que muitos documentos ainda fazem parte de uma massa documental, ainda não disponibilizada para consulta por não possuir localização definida. Existe uma catalogação dos setores a partir do período da Escola Industrial Federal de Sergipe (década de 1960), mas não se encontra nos registros; o significado da maioria das siglas.

Como não foi encontrado nenhum documento que esclarecesse como se organizavam os setores ligados à pedagogia, ao ensino e às ações dos pedagogos desenvolvidas em períodos anteriores, iniciou-se uma busca no arquivo por meio das portarias catalogadas no acervo da diretoria da escola, com data inicial de registro no ano de 1962.

Tanto na pesquisa bibliográfica quanto na pesquisa documental seguiram-se as seguintes etapas: levantamento e catalogação dos dados; leitura do material selecionado pela relevância para o tema; organização e análise dos dados encontrados e por fim, elaboração das conclusões acerca do objeto investigado.

O resultado destas etapas deu origem à organização deste trabalho, que se apresentará em duas etapas, a primeira abordando uma breve história da formação em pedagogia no Brasil para ilustrar os dilemas históricos que constroem a imagem do profissional em pedagogia e a segunda que destacará os processos de reestruturação institucional e a influência nos papéis desenvolvidos pelos pedagogos não docentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA

O curso de pedagogia desde sua concepção inicial (1939), passando pela quase extinção entre as décadas de 1960/1970 e se definindo nas habilitações: Magistério para disciplinas pedagógicas de 2º grau; Orientação Educacional, Supervisão e Administração Escolar, até entrar em nova crise existencial na década de 1980, foi sempre alvo de indefinições e debates. Para Silva (2006) o problema que acompanha o curso desde sua gênese parte do princípio de criar um bacharel em pedagogia sem apresentar elementos consistentes para definição de um perfil profissional, propondo uma atividade intelectual para exercício técnico em cargos públicos.

Apesar das lutas dos educadores pela legitimação da importância do curso no cenário educacional nacional, quase foi extinto outra vez na década de 1990 em virtude da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, que propôs o curso normal superior e acirrou novamente a disputa por identidade e por espaço profissional da pedagogia. A instabilidade instaurada levantou questionamentos sobre a importância da pedagogia e dos pedagogos quando se propunha outro curso com perfil profissional equivalente (SILVA, 2006)

Os estudiosos da educação passaram, então, a questionar a qualidade da formação de educadores pelos cursos Normais e a organização curricular da educação básica passou a ser o principal motivo das preocupações. Para eles os índices ruins alertavam para a precária qualidade da educação básica e o retorno dos cursos Normais ameaçava a formação docente, posto que a própria LDB apresentava fragilidades quanto à definição da estrutura curricular e fiscalização sobre as instituições ofertantes. Diante desse cenário, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) coordenou as discussões e as direcionou para a construção de uma base nacional comum para a formação de educadores (SILVA, 2006)

Após muitos debates, promulgou-se a Resolução CNE/CP nº 1/2006, que estabeleceu as novas diretrizes para o curso de Pedagogia. Segundo o entendimento de que todo pedagogo é fundamentalmente um professor, definiu-se a licenciatura para traçar o perfil profissional do curso.

Segundo Libâneo (2010, p.45), a possibilidade de formar um docente no pedagogo não deveria limitar a formação do pedagogo *stricto sensu* “[...] um profissional não diretamente docente que lida com fatos, estruturas, processos, contextos, situações referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações”. O autor considera que há uma distinção entre trabalho pedagógico e trabalho docente, o primeiro, mais amplo e o segundo, a forma mais peculiar desenvolvida na escola.

Em torno da indefinição da pedagogia ao longo dos seus 78 anos, predomina a concepção de que a mesma se restringe às práticas de ensino e aprendizagem, aos aspectos metodológicos. Uma visão reducionista que desconsidera a amplitude do campo de conhecimento sobre a realidade educativa, a pedagogia como ciência da educação é mais ampla que a prática social (LIBÂNEO, 2010; PIMENTA, 2006; KUENZER; RODRIGUES, 2007)

Em tese, se encerraram o projeto de superação dos distanciamentos provocados pelas antigas habilitações específicas com a docência e a divisão entre bacharéis e licenciados dentro da pedagogia. A dúvida que persiste é se essa distinção histórica entre teoria e prática na educação restringia-se à pedagogia. E quanto aos pedagogos que não vão atuar em sala de aula? E os pedagogos que trabalham com educação profissional, como lidam com as incertezas advindas da formação acadêmica e com os desafios propostos por esta modalidade educacional?

3.2 UM POUCO SOBRE A ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SERGIPE

Este tópico ilustra, de forma breve, as grandes transformações que ocorreram na instituição investigada. Mudanças estruturais administrativas e pedagógicas, algumas em nível nacional, outras locais, que visavam se adequar às exigências econômicas e políticas de cada período, exigências estas que influenciaram os impactos na identidade institucional, mas que não serão o foco desta discussão.

3.2.1 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA SEM PEDAGOGOS- DÉCADA DE 1960

Até o ano de 1968, na Escola Industrial de Aracaju (EIA), era possível identificar a existência da Direção Pedagógico-Didática como órgão de destaque na estrutura organizacional, à qual vários outros setores do ensino estavam ligados. Até que em 1969, a EIA foi transformada em Escola Técnica Federal de Sergipe (ETF). Período em que a Direção Pedagógico-Didática foi substituída pelo Departamento de Pedagogia e Didática (DEPAD), que mantinha sob sua subordinação outras divisões e setores (EIA, 1962-1968).

O organograma e as portarias de serviço encontradas indicam que o surgimento da ETF estava aliado sobre um pensamento pedagógico bem delimitado. A estrutura indica uma separação clara entre o DEPAD e a Gerência de Atividades Educacionais, principais setores da alta gestão, sendo que as atividades da docência ficavam sob a responsabilidade da gerência (EIA, 1962-1968).

Poder-se-ia Interpretar que a realidade apresentada nos documentos previa uma estruturação na qual a área pedagógico-didática seria uma espécie de base para o trabalho desenvolvido na escola, sinalizando, assim, que o conhecimento pedagógico seria o fundamento do planejamento e da execução de ações para docência. O que coadunaria com a proposta de Libâneo (2010), que coloca a pedagogia em local de destaque, mais amplo que a docência. Um campo teórico e prático da educação que se debruça sobre a problemática educacional e tem como desdobramento do trabalho pedagógico, as práticas educativas e à docência.

No entanto, as análises documentais indicam que além de não haver profissionais pedagogos na escola nessa década⁴, a estrutura foi organizada, considerando a divisão entre trabalho intelectual e trabalho operacional, de um lado os pensadores da educação (setor pedagógico) e do outro, os executores (professores). Leitura coerente com a desarticulação entre pedagogia e ensino, expostas na estrutura administrativa e na distribuição de atividades na escola.

Realidade, inclusive, coerente com o regime militar e, conseqüentemente, reflexo das distintas habilitações do curso de pedagogia vigentes. Nas quais, prevaleciam o controle, fiscalização e supervalorização das técnicas em comunicação com o acordo MEC/USAID.

A estrutura pedagógica da Escola **Técnica** Federal de Sergipe se consolidou em consonância com a proposta formativa das habilitações do curso de pedagogia, evidenciada pelos setores de Divisão de Serviço de Orientação Educacional e Profissional e Divisão de Supervisão Pedagógica e suas demais subdivisões. O aspecto positivo dessa delimitação registrada nas portarias, revela clareza sobre as atribuições profissionais de cada pedagogo técnico que vai contrastar com outros períodos que virão, mas ao mesmo tempo sugere excesso de especificidade e desarticulação com o ensino. (ETFSE, 1969-2002)

A década de 1960 estrutura a organização pedagógico-didática que vai prevalecer durante os primeiros anos do seguinte decênio.

3.2.2 PEDAGOGOS E A DIVISÃO DOS PAPÉIS PROFISSIONAIS- DÉCADA DE 1970

Foi ainda no regime militar, na vigência da Lei 5.692, mais especificamente em 1973, que os três primeiros profissionais de pedagogia ingressaram na Escola. Dois anos depois foram contratadas mais quatro pedagogas, duas delas assumiram cargos nas Subcoordenadorias Técnico Pedagógica e Planejamento e Pesquisa (ETFSE, 1969-2002).

O primeiro organograma da instituição encontrado indicou a nova estrutura administrativo-pedagógica da escola, revelando como a separação entre área pedagógica e área de ensino vai se especificando. Nele permaneceu o DEPAD, assumindo as questões de planejamento e surgiu o Departamento de Ensino (DEN) responsabilizando-se pelas ações do ensino (ETFSE, 1969-2002).

Nesse período ainda era possível visualizar a delimitação da atuação profissional conforme a própria formação acadêmica. As atividades de supervisão, orientação e administração escolar eram visíveis tanto na estrutura hierárquica dos órgãos da escola, quanto na atuação destes profissionais descritas nas portarias. Estes documentos apontam para o desenvolvimento de algumas atividades entre os órgãos pedagógicos e a docência, apesar da estrutura apresentar-se dicotômica (ETFSE, 1969-2002).

Muitas ações foram resultado da articulação entre o DEPAD, então comandado por uma pedagoga e os setores de supervisão e orientação educacional. Além das portarias, a elaboração de outros documentos registrados institucionalmente, como projetos, planos de trabalho, manuais etc. presume a existência de certa organização técnico-pedagógica (ETFSE, 1969-2002).

O volume de documentos encontrados na década de 1970 vai contrastar com a escassez documental do período seguinte.

4 A primeira turma de pedagogos no estado se gradua em 1971 pela Universidade Federal de Sergipe.

3.2.3 PEDAGOGOS E A MANUTENÇÃO DOS PAPEIS PROFISSIONAIS- DÉCADA DE 1980

Após vinte anos de ditadura promulgou-se a Constituição cidadã. Década em que não se encontrou nenhuma portaria sobre alteração na estrutura organizacional da escola e encontraram-se pouquíssimos registros sobre o exercício dos pedagogos. No entanto, algumas portarias indicam que a organização do ensino permaneceu a mesma durante toda essa década, ainda estruturada pelo DEPAD e DEN, o que sugere que os papéis dos pedagogos desempenhados nas coordenações de supervisão e orientação devam ter continuado os mesmos (ETFSE, 1969-2002).

Nesse período, também, intensificaram-se as discussões no país acerca da identidade do curso de pedagogia e dos pedagogos. Segundo Silva (2006), a sociedade civil e órgãos do governo em meio a um processo conturbado deixava arrefecer a questão da identidade da pedagogia, que se arrastou pela década posterior e centrou-se na formação de educadores em geral, seguindo em busca da base comum nacional. Momento de mais indefinição na formação e atuação profissional do pedagogo e de provável influência sobre a construção de uma imagem fragilizada na ETFSE. Presume-se, que os impactos dessa realidade se manifestam na década seguinte, onde a atuação se revelará ainda mais tímida.

3.2.4 PEDAGOGOS E A MINIMIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PROFISSIONAIS- DÉCADA DE 1990

No ano de 1992 ocorreu nova mudança na estrutura organizacional que sinalizou outra redução da atuação pedagógica na Instituição, o DEPAD deixou de existir; criou-se o Departamento de Extensão e Apoio ao Ensino (DEAE) e a Coordenadoria Técnico Pedagógica (COTEP) e o DEN transformou-se em Departamento de Desenvolvimento do Ensino (DDE). Os pedagogos supervisores (COSUP) subordinados ao DDE e os pedagogos, antigos orientadores, passaram a compor a equipe da COTEP, subordinados ao DEAE. Ao mesmo tempo que cresceram os números de coordenadorias lideradas por professores, fazendo-os acumular tarefas junto à docência (ETFSE, 1969-2002).

Essa reestruturação local sinaliza que o ensino se fortaleceu em detrimento dos órgãos essencialmente pedagógicos, inclusive estes passaram a ser subordinados ao primeiro. É preciso ressaltar que esse modelo de organização pedagógica da Escola Técnica Federal de Sergipe seguiu coerente com a pedagogia circunscrita à docência, bastante debatida no período e que prevaleceu na construção das Diretrizes do curso na década seguinte. Mas, vale destacar também, que a despeito das opiniões contrárias a essa decisão em relação ao perfil profissional do curso, a luta sempre girou em torno de superar os distanciamentos entre planejamento, gestão e docência. O que não ocorreu na instituição estudada, pois a exclusão das habilitações na escola não resolveu a questão, antes reduziu o papel da pedagogia e dos pedagogos como se verá adiante.

Para Libâneo (2010), a compreensão sobre as habilitações do curso de pedagogia enquadrada no discurso da divisão técnica do trabalho escolar como gerador de desigualdades **é um equívoco**. Posto que, em qualquer instituição há necessidade de diferentes especialidades e especialistas da educação. Dessa forma é preciso considerar que mesmo que as especialidades da pedagogia tenham contribuído para dicotomizar o trabalho escolar, esse não deve ser o argumento para defender que os pedagogos especialistas não são necessários ao desenvolvimento das práticas educativas e muito

menos utilizá-lo para explicar as desigualdades entre diferentes categorias dentro da escola. Para o autor é preciso compreender que a Pedagogia é ciência e os seus profissionais têm função social específica na educação.

[Pedagogia] campo de conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana [...] É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, por realizar nos sujeitos humanos as características de ser humano” (LIBÂNEO, 2010, p. 30).

A implementação do Decreto 2.208/1997, que estabeleceu a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, trouxe outras modificações estruturais para a escola, assemelhando a gestão escolar ao modelo empresarial. Surgiram então, as gerências em substituição aos departamentos, enquanto o setor pedagógico resumiu-se à Coordenadoria Técnico-pedagógica, que dois anos mais tarde deixou de ser liderada por um pedagogo (ETFSE, 1969-2002).

As portarias registram que nessa nova estrutura, as poucas coordenadorias chefiadas por pedagogos não desenvolviam atividades de planejamento e organização pedagógica. É visível a maior redução da atuação pedagógica e restrição de espaços profissionais.

Essas mudanças administrativo-pedagógica da Escola Técnica de Sergipe promoveu uma desarticulação da atuação dos pedagogos não diretamente docentes e minimizou seus papéis, tornando o exercício pedagógico ainda mais instrucional e indo de encontro à pedagogia enquanto ciência. Segundo o entendimento de Franco (2008, p. 35):

[...] a medida que a proposta de instrucionalização da prática se expandiu, a preocupação com a educação como processo social, como projeto intencional de transformação social, como objeto de estudo, foi sendo gradativamente deixada para segundo plano, pelos próprios pedagogos.

A instrucionalização pedagógica a que se refere a autora pode ser sido o motivo do enfraquecimento da atuação dos pedagogos, que foi crescendo e de certa forma internalizada pelos próprios profissionais, como se verá nos registros que seguem.

3.2.5 PEDAGOGOS E A REDUÇÃO DOS PAPEIS PROFISSIONAIS- A PARTIR DO ANO 2000

No ano de 2002, conforme proposta da Lei 8.948/1994, a Escola Técnica Federal de Sergipe e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão fundiram-se e foram transformadas em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

A COTEP, que fora transformada em Coordenadoria Pedagógica e de Pesquisa de Nível Básico, Técnico e Tecnológico no ano de 2001, continuou subordinada à Gerência de Apoio ao Ensino. Apesar da mudança, as portarias encontradas indicam que as ações dos pedagogos não docentes na ETF no primeiro período do ano 2000 foram bastante diversificadas, destacou-se a redução dos pedagogos na coordenação de ações vinculadas ao planejamento didático e pedagógico (CEFETSE, 2002-2007).

A minimização do papel dos profissionais de pedagogia e seu alijamento de determinadas tarefas na Escola provavelmente estiveram associados à falta de clareza das atribuições deles na Instituição, principalmente nessa década, na qual as habilitações em supervisão, orientação e administração foram sendo superadas por uma atuação mais generalista.

Em menos de um ano, a Coordenadoria Pedagógica e de Pesquisa de Nível Básico, Técnico e Tecnológico foi transformada em Coordenadoria de Administração pedagógica. A mudança dispersou os profissionais da pedagogia por vários outros setores da escola, muitos destes sem relevância para as atividades pedagógicas. Também é perceptível nos documentos a crescente redução da atuação dos pedagogos nos espaços de gestão da Escola (CEFETSE, 2002-2007).

Faz-se importante registrar que no ano de 2004, o Decreto 5.154 restituiu a articulação entre o ensino médio e a educação profissional e no ano seguinte, a Lei 11.195/2005 estabeleceu o plano de expansão da rede de educação profissional, gerando outro processo de reestruturação na Rede. Em Sergipe, ganhou relevo um enxugamento na alta hierarquia organizacional com redução do número de gerências, contudo, criou-se a Gerência de Ensino e Integração Pedagógica (GEINP) sobre a coordenadoria pedagógica, ambas comandadas por pedagogos (CEFETSE, 2002-2007).

No ano de 2006, a estrutura organizacional ficou ainda mais enxuta, com apenas três gerências (Gerência de Ensino e Integração Pedagógica, Gerência de Apoio ao Ensino e Gerência de Desenvolvimento do Ensino), que se subdividiam em somente quatro coordenações, uma delas é a Coordenadoria de Integração Pedagógica (COINP) que substituiu a COTEP (CEFETSE, 2002-2007).

Quanto a atuação dos pedagogos nas várias reformulações administrativo-pedagógicas do CEFET, as portarias do período de transição para Instituto Federal apontam para uma atuação profissional mais expressiva ao comparar-se às décadas de 1980 e 1990. Ocorre que houve demandas de alterações curriculares de revisão e elaboração de propostas pedagógicas de curso, embora, observou-se que as coordenações das comissões para elaboração desses documentos não foram ocupadas por pedagogos (CEFETSE, 2002-2007).

Em 2008, a Lei 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando a escola a passar por outros ajustes estruturais. Dentre os quais, a GEINP reduziu-se na Coordenação de Integração Pedagógica, ligada diretamente à Diretoria de Ensino.

Para adequar-se à realidade multicampi, o IFS alterou sua estrutura com o organograma de transição, excluindo a Gerência de Ensino, criando a Gerência dos Cursos Técnicos Integrados e Atividades Extracurriculares; esta posteriormente foi transformada em Diretoria de Ensino e novamente alterada para Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE). Mudança que fortaleceu o ensino institucional, contudo, minimizou ainda mais o fazer pedagógico, no que se observa outra restrição nos espaços de atuação dos pedagogos não docentes, dessa vez resumido em Coordenação Pedagógica e subordinado à Gerência de Apoio ao Ensino (CEFETSE, 2002-2007).

A proposta dos novos Institutos Federais concebe uma nova formação profissional, associada à formação humanística, técnica e científica, que vai gerar muitos impactos estruturais e na formação da identidade pedagógica institucional. Em pesquisa realizada em três CEFET do nordeste, Fartes (2008) afirma que os Institutos Federais vivem na ambivalência entre rejeitar ou acatar as orienta-

ções do Ministério da Educação e suas Secretarias. Para a autora, isso dificulta a construção da identidade institucional e favorece crises de identidades profissionais. É sobre esse terreno precário, que os profissionais percorrem em busca de definições de papéis e valorização profissional.

Até o ano de 2015, os órgãos do ensino se organizavam em uma estrutura com apenas uma Diretoria de Ensino e suas três gerências subordinadas, além de algumas coordenadorias. Ao completar os sete anos de existência do IFS, a Coordenadoria de Integração Pedagógica foi substituída pela Assessoria Pedagógica (ASPED), que passou a ser subordinada hierarquicamente à DE, juntamente com as gerências e outras coordenadorias (IFS, 2008-2015).

A última mudança de COINP para ASPED (2014), não registrou nenhuma proposta de alteração para a atuação ou inserção na dinâmica escolar. Pelo contrário, segundo as portarias, desde a implantação do IFS, as ações dos pedagogos são cada vez mais raras (CEFETSE, 2002-2007). Desde 2011 as atividades desses profissionais quase não se registra nos documentos oficiais. Nem mesmo os Conselhos de Classe que, segundo o Regulamento da Organização Didática, deveriam ser coordenados por pedagogos, estavam ocorrendo. Aliás discutia-se na instituição a possibilidade de que a coordenação dos Conselhos de Classe não mais seria atribuição dos pedagogos, ficando para eles a responsabilidade de secretariar o encontro. Até o ano de 2016, a reformulação do documento iniciada em 2012 não havia sido concluída (IFS, 2008-2015).

É possível observar uma ainda maior redução do espaço de atuação profissional dos pedagogos não docentes. As portarias indicam que o IFS legitimou ações disciplinares como atribuição profissional destes profissionais. Nesse sentido, chama atenção o alto número de participações em comissões de sindicância durante os anos de 2008 a 2015 – quinze e comissões de processo administrativo disciplinar (PAD) – catorze, totalizando vinte e nove comissões (IFS, 2008-2015).

Como não existe nenhum documento oficial que registre as atribuições dos pedagogos e nenhuma restrição regulamentada que os impeça de assumir cargos de gestão, presume-se que exista uma lógica subentendida sobre a atuação desses profissionais, impedindo-os de cumprir seus papéis formativos. É possível perceber que quando não existe sistematização do que se deve fazer, qualquer atribuição pode ser validada.

Todas essas mudanças apontadas, ilustram decisões que incentivaram a separação entre ensino e pedagogia, trazendo indícios do dilema Institucional acerca da compreensão da abrangência dos aspectos pedagógicos e da atuação dos pedagogos não docentes, no qual o ensino é considerado mais amplo e a pedagogia atividade instrucional.

A pedagogia, para Pimenta (2006, p. 63) “é um campo de conhecimentos; diz respeito ao estudo e à reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo”. Nesse sentido, a pedagogia situa-se entre a teoria e a prática desenvolvendo uma relação dialética e o pedagogo se apresenta como uma espécie de prático-teórico da ação educativa, um profissional que está no entremeio e sua ação responsabilizada em dirimir a distância entre ambas (HOUSSAYE, 2004; LIBÂNEO, 2010; MORANDI 2002).

A desarticulação entre pedagogia e ensino na instituição pesquisada, ainda que não tenha sido intencionalmente planejada, mas favorecida por todos os processos reestruturais, coaduna com a crítica

realizada por Franco (2008) quando afirma que a dissociação entre atividades educativas e exercícios pedagógicos ao longo dos anos foi descaracterizando a pedagogia enquanto ciência da educação, tornando-a uma atividade técnica organizativa, uma profissão a que se chama comumente de “tarefeira”.

4 CONCLUSÃO

Ao analisar o percurso histórico da formação em pedagogia percebe-se que mesmo após uma década das Diretrizes do curso, que a condensou na docência, ainda se experimenta incertezas quanto à definição do perfil e aos papéis profissionais. As incertezas que pairavam entre bacharelado e licenciatura, ao que parece, não se resolveu com a legislação, pelo menos não na educação profissional de Sergipe.

Para além da definição do perfil de pedagogos professores ou pedagogos não diretamente docentes, está uma questão ainda mais intrincada, que esperava-se ser resolvida com a licenciatura associada ao currículo generalista, a extinção das antigas habilitações do curso e o fim da divisão técnica do trabalho dentro da escola.

Nesse sentido, esta pesquisa apropriou-se dessa premissa de superação da dicotomia entre fazer e pensar nas atividades escolares e analisou os vários processos de reestruturação pelo qual passou a Escola Industrial de Aracaju até se transformar em Instituto Federal de Sergipe. Para a pesquisa foi utilizado o levantamento bibliográfico e documental, neste foram analisadas todas as portarias da diretoria da escola, catalogadas desde o ano de 1962 até 2015.

Os resultados demonstram que não houve definição clara de um perfil profissional para o pedagogo ou ganhos para o exercício pedagógico na educação profissional técnica e tecnológica da escola. Por entre alterações de setores e cargos, todos os processos de mudanças administrativo-pedagógicas revelaram minimização dos espaços de atuação, diminuição da participação em cargos de gestão e os dois pontos mais complexos, o afastamento dos pedagogos das atividades voltadas para o planejamento e organização pedagógica e, o distanciamento entre a pedagogia e o ensino.

Sobressai-se na investigação, a progressão da perda de prestígio e depreciação profissional dos pedagogos ao longo do processo histórico da instituição. Os processos de reestruturação administrativo-pedagógica se não foram determinantes, contribuíram de forma significativa para a construção da pedagogia da instrucionalização, na qual se buscam resultados palpáveis a curto prazo, exemplificados pela participação dos profissionais em questão, em sindicâncias, PAD e coordenação de setores administrativos, que pouco se relacionam com as atribuições pedagógicas.

A reflexão sobre as questões aqui apontadas corrobora com a desvalorização da pedagogia enquanto campo de investigação e produção de conhecimento no IFS. Nesse sentido, é essencial retomar a discussão sobre a formação e atuação dos pedagogos, especialmente daqueles em exercício na educação profissional, pois a realidade ímpar dessa modalidade educacional associada às constantes transformações, adicionam complexidade à profissão.

Para tanto, é necessário que haja inicialmente uma apropriação da concepção da pedagogia como ciência, que está acima da docência, mas nunca separada dela, seja nos cursos de formação ou nos

espaços de trabalho. Somente quando houver uma mudança de pensamento sobre a natureza da pedagogia, perceber-se-á transformações das práticas. Afinal, a pedagogia é a ciência que está entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, entre a educação e os processos de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **Decreto 2.208/1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes**. 2010; p.3-43. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 9 set. 2017.

CEFET. **Portarias da diretoria**. 2002-2007. Aracaju, SE, 2002

EIA. **Portarias da diretoria**. 1962-1966. Aracaju, SE, 1962.

ETF DE SERGIPE. **Portarias da diretoria**. 1969-2001. Aracaju, SE. 1969.

FARTES, V. L. B. Reforma da educação profissional e crise das identidades pedagógicas e institucionais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 135, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000300006. Acesso em: 17 set. 2017.

FRANCO, M. A. S. Para um currículo de formação de pedagogos. In: PIMENTA, S. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IFS. **Portarias da diretoria**. 2008-2015. Aracaju, SE, 2002.

IFS. **Memorandos COINP/ASPED**. 2008-2015. Aracaju, SE, 2015.

IFS. **Atas de reuniões COINP/ASPED**. 2008-2015.

KUENZER, A. Z.; RODRIGUES, M. F. Curso de pedagogia ou normal superior? **RBPAE**, v. 23, n. 2, p. 253-275, maio/ago. 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PIMENTA, S. (Org.) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, C. S. B. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

1 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Professora do Instituto Federal da Bahia, Camaçari-Ba. Email: clamed.lima@hotmail.com

2 Doutora em Ciências da Educação Sociologia - Université Paris 8; Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Professora-orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – NPGED e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – NPGEICIMA da Universidade Federal de Sergipe. Email: ana1.teixeira@hotmail.com

Recebido em: 17 de Março de 2017

Avaliado em: 19 de Janeiro de 2018

Aceito em: 19 de Janeiro de 2018



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Como citar este artigo:

ROMEO, Andrea. Lo special account del fenomeno religioso nel dibattito nordamericano. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 29., 2018, p. 15-48. DOI: 10.17564/2316-3828.2018v7n1p13-24



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhalgal CC BY-SA



